

Salgueiro Solar Holding S.A.

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2019**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	6
Demonstrações dos resultados	7
Demonstrações dos resultados abrangentes	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa	10
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras	12



KPMG Assurance Services Ltda.

Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A

04711-904 - São Paulo/SP - Brasil

Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil

Telefone +55 (11) 3940-1500

kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras Individuais e Consolidadas

Aos Diretores e Acionistas da

Salgueiro Solar Holding S.A

São Paulo– SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Salgueiro Solar Holding S.A (“Companhia”), identificamos como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Salgueiro Solar Holding S.A em 31 de Dezembro de 2019, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Exercício anterior não auditado

Chamamos a atenção para o fato de que não examinamos os balanços patrimoniais individual e consolidado da Companhia em 31 de dezembro de 2018 e as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo naquela data, ou de quaisquer notas explicativas relacionadas e, conseqüentemente, não expressamos uma opinião sobre eles.

Responsabilidade da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que a Administração determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidade dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manter em continuidade operacional.


- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da natureza da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 12 de maio de 2020

KPMG Assurance Services

CRC 2SP023228/O-4



Daniel A. da S. Fukumori

Contador CRC 1SP245014/O-2

Salgueiro Solar Holding S.A
 Demonstrações financeiras em
 31 de dezembro de 2019

Salgueiro Solar Holding S.A

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota explicativa	Controladora		Consolidado		Passivo	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2019	2018 (não auditado)	2019	2018 (não auditado)			2019	2018 (não auditado)		
Circulante						Circulante					
Caixas e equivalente de caixa	6	2	-	80.003	-	Fornecedores	9	4	-	34	-
Adiantamento a Terceiros		-	-	2	-	Obrigações Tributárias	10	-	-	265	-
Tributos a recuperar		-	-	1	-	Outras Contas a Pagar		-	7	-	7
Total do ativo circulante		2	-	80.007	-	Total do passivo circulante		4	7	299	7
Não circulante						Patrimônio líquido	11				
Investimentos	7	97.213	-	-	-	Capital social		6.578	-	6.578	-
Intangível	8	543	-	18.047	-	Adiantamento para futuro aumento de capital		91.463	-	91.463	-
Total do ativo não circulante		97.756	-	18.047	-	Prejuízo Acumulado		(286)	(7)	(286)	(7)
Total do ativo		97.758	-	98.054	-	Total do patrimônio líquido		97.754	(7)	97.754	(7)
						Total do passivo e do patrimônio líquido		97.758	-	98.054	-

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Salgueiro Solar Holding S.A

Demonstrações dos resultados

Exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2019	2018	2019	2018
			<u>(não auditado)</u>		<u>(não auditado)</u>
Despesas operacionais					
Gerais e administrativas	12	(44)	(7)	(165)	(7)
Resultado de equivalencia patrimonial	7	(214)	-	-	-
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas		<u>(258)</u>	<u>(7)</u>	<u>(165)</u>	<u>(7)</u>
Despesas financeiras	13	(22)	-	(127)	-
Receitas financeiras	13	1	-	13	-
Resultado financeiro líquido		<u>(21)</u>	<u>-</u>	<u>(115)</u>	<u>-</u>
Prejuízo do exercício		<u>(279)</u>	<u>(7)</u>	<u>(280)</u>	<u>(7)</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Salgueiro Solar Holding S.A

Demonstrações dos resultados abrangentes

Exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2019</u>	<u>2018</u>	<u>2019</u>	<u>2018</u>
		<u>(não auditado)</u>		<u>(não auditado)</u>
Prejuízo do exercício	<u>(279)</u>	<u>(7)</u>	<u>(280)</u>	<u>(7)</u>
Resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Total do resultado abrangente do exercício	<u>(279)</u>	<u>(7)</u>	<u>(280)</u>	<u>(7)</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Salgueiro Solar Holding S.A

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

	<u>Capital social</u>	<u>Prejuízos acumulados</u>	<u>Total</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2017 (não auditado)	-	-	-
Constituição do Capital	-		-
Prejuízo do Exercício	-	7	(7)
Saldos em 31 de dezembro de 2018 (não auditado)	-	(7)	(7)
Aquisição de investidas, Ata 30 abril 2019	6.578	-	6.578
Adiantamento para futuro aumento de capital	91.463	-	91.463
Prejuízo do Exercício	-	(279)	(279)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	98.040	(286)	97.754

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Salgueiro Solar Holding S.A
Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018 (não auditado)	2019	2018 (não auditado)
Prejuízo do exercício	(279)	(7)	(280)	(7)
Itens que não afetam o caixa operacional				
Resultado de Equivalência Patrimonial	214	-	-	-
	(65)	(7)	(280)	(7)
Aumento e diminuição das contas de ativo e passivo				
Diminuição nos impostos a recuperar	-	-	(1)	-
Diminuição nos demais ativos circulantes	-	-	(2)	-
Aumento em fornecedores	4	-	(975)	-
Aumento em obrigações trabalhistas e tributárias	-	-	265	-
Diminuição em outras contas a pagar	(7)	7	(7)	7
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	(68)	-	(1.000)	-
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Investimento em controladas	(90.849)	-	-	-
Aquisição de intangível	(543)	-	(11.132)	-
Caixa líquido proveniente das atividades de investimentos	(91.392)	-	(11.132)	-
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos				
Adiantamento para futuro aumento de capital	91.463	-	91.463	-
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamentos	91.463	-	91.463	-
Aumento líquido de caixa	2	-	79.331	-
Caixa no início do período	-	-	672	-
Caixa no final do período	2	-	80.003	-
Aumento líquido de caixa	2	-	79.331	-

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

A Salgueiro Solar Holding S.A., “Companhia” é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 01 de agosto de 2018, estabelecida na Avenida Roque Petroni Junior, 999 – 4º Andar, Jardim das Acácias, capital do estado de São Paulo. A Companhia tem por principal objetivo social a participação em outras sociedades como sócia ou acionista.

1.1 Reestruturação societária

Com o objetivo de centralizar os investimentos nas Empresas, a Administração da Companhia decidiu realizar uma incorporação de ações de outras empresas do grupo tornando-se subsidiária integral das companhias listadas a seguir:

<u>Empresa</u>	<u>Atividade</u>	<u>Participação 2019 (%)</u>	<u>Participação 2018 (%)</u>
Controlada			
Salgueiro I Energias Renováveis S.A.	Geração de energia	100	-
Salgueiro II Energias Renováveis S.A.	Geração de energia	100	-
Salgueiro III Energias Renováveis S.A.	Geração de energia	100	-

Em 30 de Abril de 2019, a Salgueiro Holding S.A. (“controladora”) adquiriu a participação de 100% do capital e assumiu o controle das companhias listadas acima. A incorporação foi realizada com base no Patrimônio Líquido apurado em 31 de março de 2019 conforme laudo de avaliação demonstrado a seguir:

	<u>Saldo em 31/03/2019</u>		
	<u>Salgueiro I</u>	<u>Salgueiro II</u>	<u>Salgueiro III</u>
Caixa e equivalente de caixa	208	238	226
Intangível	2.325	2.277	2.312
Total dos ativos	2.533	2.515	2.538
Fornecedores	335	325	349
Total dos passivos	335	325	349

Patrimônio Líquido **2.199** **2.190** **2.189**

As Controladas juntas formam o parque Fotovoltaico Salgueiro, localizados no município Terra Nova, no Estado de Pernambuco. Atualmente, as controladas encontram-se em fase pré-operacional, com expectativa de entrar em operação em janeiro de 2021.

1.2 Projeto de geração solar

Em 31 de dezembro de 2019, as controladas possuem as seguintes autorizações outorgadas pela ANEEL para exploração de energia eólica:

Projeto Eólico	Resolução Original	Data	Prazo	Capacidade de energia instalada (MW)
Complexo Fotovoltaicos Salgueiro	PORT 157	08/05/2018	30 anos	114,3

1.3 Contratos de venda de energia

Em 31 de dezembro de 2019, as controladas possuem os seguintes contratos de venda de energia de longo prazo:

Empreendimento	Tipo	Energia Contratada (MW)	Preço contratado (MW/h)	Índice de reajuste	Prazo	Mês de reajuste
Complexo Fotovoltaicos Salgueiro	LEN 04/2017	114	R\$ 145,45	IPCA	20 anos	Dezembro

Os investimentos necessários para conclusão da construção do parque fotovoltaico serão suportados por aportes dos acionistas controladores (já integralmente realizados durante o exercício de 2019) bem como por financiamento já contratado junto ao Banco do Nordeste do Brasil (BNB). Veja nota explicativa nº 17 de compromissos futuros.

2 Base de preparação

a. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

A emissão dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, foi autorizada pela Diretoria Executiva, em 12 de maio de 2020.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária Brasileira e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

b. Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos quando requeridos nas normas.

c. Moeda funcional e de apresentação

A moeda funcional da Companhia e suas controladas é o Real, e essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em milhares de Reais. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

d. Uso de estimativa e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas exige que a Administração da Companhia e suas Controladas façam julgamentos e adotem estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

Não há estimativas e premissas que apresentem risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social.

3 Base de consolidação e investimentos em controladas

As demonstrações financeiras das controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que deixa de existir.

As políticas contábeis das controladas consideradas na consolidação estão alinhadas com as políticas contábeis adotadas pela Companhia.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras de Controladas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

As demonstrações financeiras consolidadas abrangem os saldos e transações da Companhia e suas controladas. Os saldos e transações de ativos, passivos, receitas e despesas foram consolidados integralmente para as controladas.

Os principais critérios de consolidação estão descritos a seguir:

- a) Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as Companhias consolidadas.
- b) Eliminação de participações no capital, reservas de lucros acumulados das Companhias Controladas.
- c) Eliminação dos saldos de receitas e despesas decorrentes de negócios entre as Companhias consolidadas.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas incluem, em 31 de dezembro de 2019, as demonstrações financeiras da Salgueiro Solar Holding S.A. e suas Controladas, listadas a seguir:

	Controle	Participação
Salgueiro I Energias Renováveis S.A.	Direta	100%
Salgueiro II Energias Renováveis S.A.	Direta	100%
Salgueiro III Energias Renováveis S.A.	Direta	100%

4 Principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis utilizadas na preparação dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de maneira consistente em todos os períodos apresentados e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, com exceção dos novos pronunciamentos e interpretações contábeis descritas na nota explicativa nº 5.

a. Intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são inicialmente mensurados pelo custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável.

Inclui os gastos iniciais do projeto como obtenção de licenças, pesquisas, taxas de bancos para constituição de empréstimos e outros. A vida útil dos ativos intangíveis foi avaliada pela Companhia como definida. Ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e são avaliados em relação à perda de valor recuperável sempre que houver indicação de perda de seu valor econômico. O período e o método de amortização de um ativo intangível de vida útil definida são revistos anualmente. Mudanças na vida útil ou no padrão de consumo de benefícios futuros esperados são contabilizadas por meio da mudança no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis.

b. Redução ao valor recuperável (*Impairment*)

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, a Companhia e suas controladas devem avaliar se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- Quebra de cláusulas contratuais;
- Reestruturação de um valor devido a Companhia em condições que não seria aceita em condições normais;

- A probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- O desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

Ativos não financeiros

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados juntos no menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupo de Ativos.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida caso o valor contábil de um ativo ou sua unidade operadora de caixa exceda seu valor recuperável estimado. Perdas de valor são reconhecidas no resultado.

Anualmente, a Companhia e suas controladas revisa os valores contábeis de seus ativos não financeiros para apurar se há indicação de perda ao valor recuperável. Caso ocorra alguma indicação, o valor recuperável do ativo é estimado com base no valor em uso dos ativos, sendo calculado com recurso das metodologias de avaliação, suportado em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a Companhia concluiu que não há indicativo de redução ao valor recuperável para os ativos não financeiros.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras e são classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, sendo apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidas na demonstração do resultado. Para que uma aplicação financeira seja qualificada como equivalentes de caixa, ela precisa ter conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa e estar sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Portanto, uma aplicação financeira normalmente se qualifica como equivalentes de caixa somente quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da aquisição.

Ativos financeiros

Ativos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados ou na data da negociação em que a Companhia ou suas controladas se tornam uma das partes das disposições contratuais do instrumento. O desreconhecimento de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos respectivos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. As classificações dos ativos financeiros no momento inicial são como segue:

Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. As receitas de juros, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia e suas controladas mudem o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Passivos financeiros

Passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que são originados ou na data de negociação em que a Companhia ou suas controladas se tornam parte das disposições contratuais do instrumento. As classificações dos passivos financeiros são como seguem:

- Mensurados pelo valor justo por meio do resultado: são os passivos financeiros que sejam: (i) mantidos para negociação no curto prazo, (ii) designados ao valor justo com o objetivo de confrontar os efeitos do reconhecimento de receitas e despesas a fim de se obter informação contábil mais relevante e consistente ou (iii) derivativos. Estes passivos são registrados inicialmente pelos respectivos valores justos, cujas mudanças são reconhecidas no resultado do exercício e, para qualquer alteração na mensuração subsequente dos valores justos que seja atribuível a alterações no risco de crédito do passivo, se houver, que deve ser registrada contra outros resultados abrangentes. A Companhia e suas controladas não possuem passivos financeiros classificados nessa categoria.
- Mensurados subsequentemente ao custo amortizado: são os demais passivos financeiros que não se enquadram na classificação acima. São reconhecidos inicialmente pelo valor justo deduzido de quaisquer custos atribuíveis à transação e, posteriormente, registrados pelo custo amortizado através do método da taxa efetiva de juros.

Os ativos e passivos financeiros somente são compensados e apresentados pelo valor líquido

quando existe o direito legal de compensação dos valores e haja a intenção de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

As classificações dos instrumentos financeiros (ativos e passivos) estão demonstradas na nota explicativa nº 12.

Instrumentos financeiros derivativos

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 a Companhia e suas controladas não celebraram contratos de instrumentos financeiros derivativos.

d. Imposto de renda e contribuição social correntes

O imposto de renda e a contribuição social do exercício são calculados com base no lucro real.

A base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social é calculado com base nas alíquotas anuais de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e a base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

e. Adiantamento para futuro aumento de capital – AFAC

Aportes efetuados pelos sócios à sociedade com o objetivo de captar recursos para investimentos ou desenvolvimento das atividades, para futura utilização no aumento do capital social.

5 Mudanças nas políticas contábeis e divulgações

a. CPC 06 (R2) – Arrendamentos

A Companhia avaliou o potencial impacto que a aplicação inicial do CPC 06 (R2) teve sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. O CPC 06 (R2) introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. O ativo de direito de uso é amortizado linearmente de acordo com a vida útil do respectivo ativo subjacente, o passivo é amortizado de acordo com o pagamento das contraprestações, reconhecendo as respectivas despesas financeiras com base no método da taxa efetiva de juros. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.

O CPC 06 (R2) substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil.

O CPC 06 (R2) não trouxe impacto para as demonstrações financeiras da Companhia, visto que as contraprestações dos arrendamentos são parcialmente calculadas com base na receita auferida com a geração de energia, devido a ocorrência de oscilações consideráveis na

receita de geração, a Companhia entende que não possui subsídios para mensurar o ativo de direito de uso, o passivo de arrendamento, despesas com amortização e despesas de juros com confiabilidade. Dessa forma, em sua avaliação, a Companhia não reconheceu novos ativos e passivos para seus arrendamentos operacionais das terras onde os parques fotovoltaicos serão instalados.

b. ICPC 22 – Incerteza sobre tratamento tributos sobre lucro

A interpretação explica como considerar a incerteza na contabilização do imposto de renda. O CPC 32 – Tributos sobre o lucro, especifica como contabilizar os impostos de renda correntes e diferidos, mas não como refletir os efeitos da incerteza. Por exemplo, pode não estar claro:

- Como aplicar a legislação tributária a transações ou circunstâncias específicas;
- Ou se as autoridades tributárias aceitarão determinado tratamento tributário adotado pela entidade.

Se a entidade concluir que não é provável que um tratamento tributário específico seja aceito, a entidade deve usar estimativas (valor mais provável ou valor esperado) para determinar o tratamento tributário (lucro tributável, bases tributárias, prejuízos fiscais não utilizados, créditos fiscais não usados) taxas de imposto e assim por diante. A decisão deve basear-se em qual método fornece melhores previsões da resolução da incerteza.

A administração da Companhia e de suas controladas entendem que a aplicação dessa interpretação não apresentou impactos significativos nas demonstrações financeiras da Companhia ou de suas controladas, uma vez que não houve alteração quanto ao tratamento fiscal relativo ao imposto de renda e contribuição social, já adotados anteriormente pela Companhia e duas controladas, uma vez que se encontra em fase pré-operacional, portanto sem receita de clientes.

6 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado
	2019	2018 (não auditado)	2019
Caixa e bancos (a)	2	-	80.003
Total de caixa e equivalentes de caixa	2	-	80.003

(a) Referem-se a aplicações em Certificados de Depósitos Bancários, com liquidez imediata e prontamente conversíveis em um montante de caixa.

7 Investimentos

a. Movimentação dos investimentos

A movimentação dos investimentos em controladas, apresentado nas demonstrações financeiras individuais da controladora é como segue:

Controladora	
Saldo inicial 31/03/2019	-
Aquisição de ações controladas	6.578
AFAC	91.463
Resultado de Equivalência Patrimonial	(214)
Em 31 de Dezembro de 2019	97.213

b. Resumo das informações financeiras

O quadro abaixo apresenta um resumo das informações financeiras das controladas. As controladas foram incorporadas em 13 maio de 2019, com isso a Companhia passou a três subsidiárias integrais, constituídas sob a forma de sociedades por ações, que juntas detêm o Complexo Fotovoltaicos de Terra Nova.

	Participação	Ativo	Passivo	Patrimônio Líquido	Resultado de 01/04/2019 à 31/12/2019
Salgueiro I Energias Renováveis S.A.	100%	32.498	(102)	32.396	(65)
Salgueiro II Energias Renováveis S.A.	100%	32.500	(100)	32.401	(75)
Salgueiro III Energias Renováveis S.A.	100%	32.510	(93)	32.417	(74)
		97.508	(295)	97.213	(214)

8 Intangível

O valor registrado neste grupo representa todos os gastos incorridos ao longo do desenvolvimento desses projetos e antecedem ao início da construção:

	Controladora			Consolidado		
	Saldo em 31/12/2018	Adição	Saldo em 31/12/2019	Saldo em 01/04/2019	Adição	Saldo em 31/12/2019
	(não auditado)			(não auditado)		
Projeto em Andamento	-	543	543	6.915	11.132	18.047
Total do intangível	-	543	543	6.915	11.132	18.047

9 Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
	(não auditado)		(não auditado)	
Serviços	4	-	34	-
Total de fornecedores	4	-	34	-

10 Obrigações tributárias (Consolidado)

	2019	2018 (não auditado)
INSS Retido	3	-
IRRF Retido	54	-
Pis/Cofins/CSll	195	-
ISS Retido	13	-
Pis/Cofins/CSLL	195	-
	265	-

11 Patrimônio líquido

Capital social

Em 31 de dezembro de 2019, o capital social subscrito e integralizado monta a quantia de R\$ 6.578 (Não havia saldo em 31 de dezembro de 2018), representado por 6.577.544 ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal.

Adicionalmente, em 26 de novembro de 2019 os acionistas efetuaram um Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC) no valor de R\$ 91.463, representado em 91.462.703 ações ordinárias, nominativas, ao preço de emissão de R\$ 1,00 cada uma.

Devido ao registro da ata ter sido feito posteriormente a 30 dias da sua assinatura, somente foi executado o registro da integralização na data de 08/10/2019. Com isso a integralização do capital está registrado na conta de adiantamento para futuros aumentos de capital no patrimônio líquido na data-base de 31 de dezembro de 2019.

Composição acionária

A composição acionária da Companhia é a seguinte:

Acionistas	31/12/2019		31/12/2018	
	Ordinárias	%	Ordinárias	%
Nebras Investment	78.432.198	80,0	-	-
Canaida Solar Inc	6.666.737	6,8	50	50
Canadian Solar UK	6.470.656	6,6	50	50
Canadian Solar Netherlands	6.470.656	6,6	-	-
	98.040.248	100	100	100

12 Despesas gerais e administrativas

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>
	2018		2019
	2019	(não auditado)	
Serviços de Terceiros – PJ	(2)	(1)	(24)
Serviços Advocatícios	(6)	-	(22)
Serviços de Contabilidade	(36)	(6)	(119)
Total de despesas gerais e administrativas	(44)	(7)	(165)

13 Despesas e Receitas Financeiras

	<u>Controladora</u>		<u>Co solidado</u>	
	2019	2018	2019	2018
		(não auditado)		(não auditado)
Despesas bancárias	-2	-	-	-
Despesas Tributárias – IOF	-20	-	-20	-
Total despesa financeira	-22	-	-127	-
Receitas financeiras	1	-	13	-
Total de receita financeira	1	-	13	-
Total do resultado financeiro	-21	-	-115	-

14 Instrumentos financeiros

a. Classificação dos instrumentos financeiros

		Controladora	
		31/12/2019	
	Nota	Valor justo por meio do resultado	Nível
Ativos financeiros			
Caixa e bancos	6	2	Nível 2
Passivos financeiros			
		Custo amortizado	Nível
Fornecedores	9	4	Nível 2

		Consolidado	
		31/12/2019	
	Nota	Valor justo por meio do resultado	Nível
Ativos financeiros			
Caixa e equivalente de caixa	6	80.003	Nível 2
Passivos financeiros			
		Custo amortizado	Nível
Fornecedores	9	34	Nível 2

15 Gerenciamento de riscos

A Administração é responsável pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia e de suas controladas. As políticas de gerenciamento de risco são estabelecidas para identificar, analisar e definir limites e controles apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites.

Análise de Sensibilidade

A análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto das mudanças nas variações de mercado sobre cada instrumento financeiro da Companhia e sua controlada. A Companhia e a controlada entendem que os valores reconhecidos e o valor justo não apresentam diferenças devido a:

- a) **Caixa e equivalentes de caixa** – Os saldos em caixa e bancos têm seus valores justos idênticos aos saldos contábeis. As aplicações financeiras estão valorizadas pelos valores dos certificados de depósitos interbancários na data das demonstrações financeiras, que corresponde ao seu valor justo.
- b) **Fornecedores** - A Companhia e sua controlada entendem que valor justo de fornecedores, por possuir os seus vencimentos no curto prazo e não estar vinculado a índices variáveis, reflete seu valor contábil.

Riscos de mercado

Risco de taxas de juros: decorre da possibilidade de a Companhia e suas controladas sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Administração entende que o risco de mudanças significativas no resultado e nos fluxos de caixa é baixo, e assim justifica a não demonstração da análise de extrapolação deste risco.

Riscos operacionais

Risco de construção e desenvolvimento das infraestruturas: devido a controlada estar ainda em fase de construção poderá incorrer em riscos inerentes à atividade de construção, tais como atrasos na execução da obra e potenciais danos ambientais que poderão resultar em custos não previstos e/ou penalidades. Ainda, a controlada depende de terceiros para fornecer os equipamentos utilizados em suas instalações e, sujeita a aumentos de preços e falhas por parte de tais fornecedores, como atrasos na entrega ou entrega de equipamentos avariados. Tais falhas poderão prejudicar as atividades e ter um efeito adverso nos resultados da Companhia e suas controladas.

Riscos Regulatórios

As atividades da controlada são regulamentadas e fiscalizadas pela agência reguladora (ANEEL) e demais órgãos do setor (MME, ONS, FNDC etc). A companhia e suas controladas tem o compromisso de estar em conformidade com todos os regulamentos expedidos, sendo assim, qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre suas atividades.

Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente de instrumentos financeiros da Companhia.

Consolidado		Controladora	
	2019		2019
Ativos financeiros		Ativos financeiros	
Caixa e equivalente de caixa	80.003	Caixa e equivalente de caixa	2

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia e suas controladas irão encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro.

A abordagem da Companhia e de suas controladas na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia e de suas controladas.

A Companhia e suas controladas possuem ativos financeiros representados por caixa que resultam diretamente das integralizações dos acionistas. A Companhia e suas controladas não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros remanescentes na data de reporte. Esses valores são brutos e não-descontados, e incluem pagamentos de juros estimados e excluem o impacto dos acordos de compensação.

	Fluxos de caixa contratuais				
	Valor contábil	Até 12 meses	Entre 1 a 2 anos	Entre 2 a 5 anos	Mais que 5 anos
31/12/2019					
Fornecedores	4	4	-	-	-

16 Contingências

A Companhia não possui em 31 de dezembro de 2019 e 2018 contingências passivas com avaliação de risco de perda provável ou possível.

17 Compromissos Futuros

A seguir são divulgados os principais compromissos da Companhia e suas controladas para os anos subsequentes.

a. Financiamento

Em 27 de dezembro de 2018 a Companhia e suas controladas firmaram contrato de financiamento com o Banco do Nordeste do Brasil (BNB), mediante abertura de crédito no valor de R\$ 294.993, que deverá ser integralmente creditado ao longo do exercício de 2020.

O cronograma de pagamento de principal do financiamento está apresentado a seguir:

2022 – R\$ 2.355
2023 – R\$ 6.960
2024 – R\$ 8.538
2025 – R\$ 9.747
2026 à 2038 – R\$ 267.393

b. Fiança

Por imposição contratual derivada do contrato de financiamento a Companhia possui compromissos futuros de contratar fianças bancárias. A contratação foi realizada com o Banco BTG Pactual, os valor é correspondente ao saldo total do financiamento R\$ 294.993.

c. Arrendamento

Em 14 de novembro de 2018, a Companhia e suas controladas firmaram um contrato particular de Cessão Onerosa de Direito de Uso de Bem Imóvel junto a Lira Empreendimentos LTDA. O objeto do contrato foi a cessão do direito de uso de uma parte do imóvel, mediante as contraprestações apresentadas a seguir:

Salgueiro I

2020 – R\$ 166

Salgueiro II

2020 – R\$ 161

Salgueiro III

2020 – R\$ 173

Após a entrada em operação, será devida 1% da receita líquida de cada projeto especificamente relacionado à geração de energia do complexo Fotovoltaico Salgueiro, o qual será pago em parcelas anuais.

18 Eventos Subsequentes

Na data de emissão destas Demonstrações Financeiras, a Companhia avaliou os possíveis impactos do COVID-19 em seus negócios, e abaixo estão descritos os principais riscos oriundos da pandemia:

- Atraso no início e por consequência na conclusão da construção do parque fotovoltaico;
- Risco de atraso no início das atividades comerciais, previstas para Setembro de 2020.

De modo a endereçar esses possíveis riscos, a Companhia vem acompanhando e/ou adotando as seguintes medidas:

- (i) No Estado de Pernambuco, há vários atos, dentre eles o Decreto nº 48.809 de 14 de março de 2020 (alterado pelo Decreto n.º 48.82 de 3 de abril de 2020) que impõe medidas temporárias para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da COVID-19. As medidas restritivas impostas pelo Estado valem até 31 de abril de 2020 por força do Decreto n.º 48.958 de 17 de abril de 2020.
- (ii) No Município de Terranova, há o Decreto Municipal 13/2020 o qual é válido por prazo indeterminado, que proíbe qualquer atividade relacionada à obra de Salgueiro. Dessa forma, consideramos como nova previsão de entrada em operação a data de janeiro de 2021, não impactando as obrigações firmadas em contrato de venda de energia.
- (iii) A companhia mantém contato com os órgãos oficiais para acompanhar a situação. Finalmente, a companhia notificou força maior a ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica), sobre os impactos da COVID-19 no andamento das obras, para caso seja necessário no futuro, estender a duração de prazo dos contratos de venda de energia elétrica.

* * *